

O peso do pacote no bolso de cada um

Lydia Medeiros

Da equipe do **Correio**

A casa de Jorge Costa no condomínio Morada dos Nobres, em Sobradinho, está à venda. Há alguns dias, ele se desfez de uma geladeira e um freezer. Não pensa em deixar a cidade, nem numa reforma para a cozinha. Jorge, 34 anos, está desempregado desde março, quando foi demitido do gabinete de um deputado federal, depois de um desentendimento. Tenta vender a casa para comprar um apartamento menor e, com o troco, equilibrar suas contas.

Há sete meses, Jorge, a mulher Rosalina e seus dois filhos — de seis e um ano — vivem com as contas no vermelho. O terceiro filho nasce em março. A dívida com cartões de crédito, empréstimos bancários e cheque especial já chega a R\$ 15 mil. Não pára de crescer, por causa dos altos juros.

O dinheiro da geladeira e do freezer serviu para pagar parte das mensalidades atrasadas da escola da filha mais velha. O restante, ele pensa em quitar com o 13º salário da mulher, funcionária do Palácio do Planalto, que ganha cerca de R\$ 1,2 mil.

Jorge trabalhou na Câmara por dezenove anos. Espera conseguir novo emprego com a posse dos novos eleitos, no ano que vem. Até lá, continuará a sobreviver com a ajuda de amigos. Nem pensa em pagar tudo o que deve. A conta nunca fecha: "Vou propor um acordo, sem os juros. Se os bancos não quiserem, não pago. E vou para a Justiça. Só não vou é tirar comida da boca dos meus filhos para dar dinheiro para banqueiro".

Jorge pode até conseguir novo emprego, mas sua vida não voltará tão cedo ao padrão de antes da demissão. O programa de ajuste fiscal que o governo anuncia esta semana vai mexer profundamente com a vida de pessoas como Jorge e sua mulher, funcionária pública. De uma forma ou de outra, as medidas vão afetar o cotidiano de quem não tem nada a ver com as decisões da equipe econômica. Principalmente os servidores públicos.

O pacote, a ser anunciado esta semana pelo ministro da Fazenda, Pe-

COMO AS MEDIDAS VÃO AFETAR A SUA VIDA

Cofins
O governo quer que os bancos paguem contribuição sobre o faturamento. Pode sobrar para o cliente, se esse custo for repassado às tarifas bancárias.

Imposto de Renda
Até 2001 os salários acima de R\$ 1,8 mil continuarão pagando 27,5% de imposto. Para alguém que ganha R\$ 5 mil por mês, por exemplo, R\$ 25,5 mil ficarão com o Leão, em dois anos.

Servidores
Vão sentir o ajuste no contra-cheque. Não terão aumento de salário. Poderá haver aumento no valor da contribuição previdenciária. Demissões poderão atingir o funcionalismo dos estados e municípios.

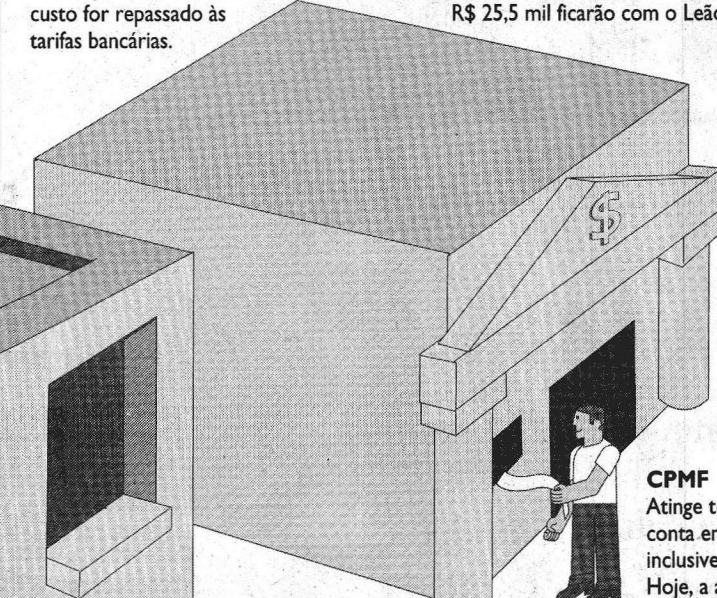
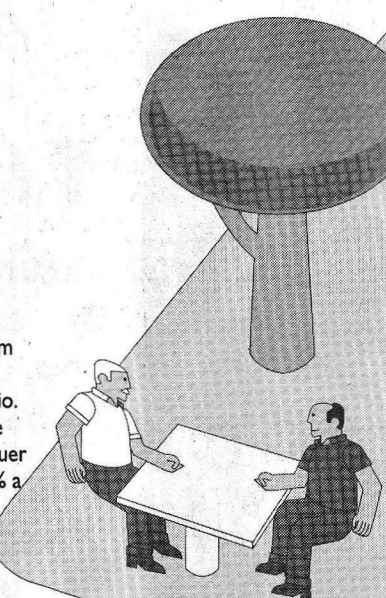
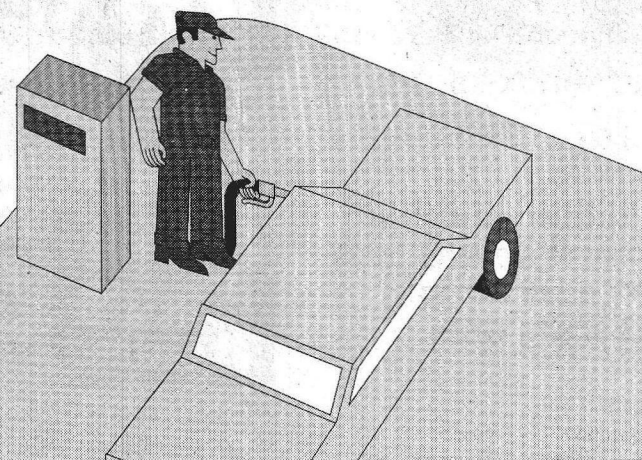
Subsídios
Os cortes poderão dar prejuízo a empresas que sobrevivem de subsídios, como as da Zona Franca de Manaus. É mais desemprego.

Combustíveis
Encher o tanque pode ficar mais caro, se sair o imposto sobre combustíveis. Com alíquota de 10%, quem consome 200 litros mensais gastará a mais R\$ 216,00 por ano.

Aposentados
Os servidores aposentados devem passar a pagar contribuição previdenciária. Os que ganham superaposenadorias podem ter o benefício cortado no limite de R\$ 5 mil.

CPMF
Atinge todos que têm conta em banco, inclusive conta-salário. Hoje, a alíquota é de 0,20%. O governo quer aumentar para 0,30% a cada saque ou depósito realizado.

Cortes no Orçamento
Cortes em gastos com saúde e educação significam menos dinheiro para hospitais, programas de prevenção a doenças e melhoria do ensino. Cortes de obras aumentam o desemprego.

80,00 dá para comprar dois terços de uma cesta básica.

Gastos do dia-a-dia, como encher o tanque do carro ou tirar dinheiro do caixa eletrônico, vão ficar mais caros. O pacote poderá incluir um imposto sobre os combustíveis. Se isso acontecer, com uma alíquota de 10%, um motorista que consome 100 litros de gasolina por mês, entregará R\$ 8,20 ao Fisco. São 11,7 litros de leite.

CPMF

Na hora de usar o salário de R\$ 1,2 mil, hoje a única fonte de renda da família de Jorge Costa, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) leva 0,20%. O governo quer mais. Pretende aumentar a alíquota para 0,30%, pois precisa de receita extra para fechar as contas de 1999. Em um ano, a CPMF com alíquota elevada levará dessa família R\$ 43,20. Ou 288 pãozinhos de 50 gramas.

As medidas que o governo deverá apresentar ao Congresso esta semana são mesmo amargas. A classe média continuará a pagar, por mais dois anos, um Imposto de Renda com alíquota de 27,5% — para os salários acima de R\$ 1,8 mil. Haverá cortes de recursos em obras de infra-estrutura, que costumam gerar empregos, e em programas sociais, nas áreas de saúde e educação. É menos dinheiro para os hospitais, para a prevenção a doenças e para campanhas de saúde pública.

A tesoura no orçamento faz com que os ministérios segurem despesas e já provoca reflexos na economia do Distrito Federal. Aumenta o desemprego. Pelo menos 15 mil pessoas podem ser atingidas com a revisão nos contratos de empresas de prestação de serviços de vigilância, limpeza e serviços gráficos.

Para atravessar a crise, essas empresas podem dispensar até 30% de seu pessoal até o fim do ano. Em 1999, o Brasil terá crescimento zero, na hipótese mais otimista, segundo as previsões do mercado. O mais provável é crescimento negativo ou recessão. Como Jorge e sua família vivem de salário — pago com dinheiro do Tesouro — vai ser complicado atravessar a crise.

dro Malan, vai subtrair um pedaço do salário do funcionalismo. Para a Previdência, os funcionários que ganham

salários mais altos devem destinar 15% do que ganham. Hoje, o desconto é de 11% por mês. Quem recebe um

salário de R\$ 2 mil, por exemplo, paga R\$ 220,00 de contribuição por mês. Deve pagar R\$ 300,00. A diferença de